

Jean-Jacques Rousseau: A análise de uma educação livre

Autoras:

Raquel dos Santos Quadros

Universidade Estadual de Maringá

Dyeinne Cristina Tomé

Mestre e Doutora em Educação, Especialista em Gestão Escolar e em Educação Especial. Integrante do Grupo de Pesquisa História, Intelectuais, e Educação (GEPHIED). Professora da SEED do Paraná.

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre a concepção de educação presente no pensamento do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Partindo de tal pressuposto, será possível mostrar a singularidade deste pensador, dentro do movimento iluminista e frente as questões educacionais e políticas do século XVIII. Rousseau foi um combativo do Antigo Regime, além de confrontar as desigualdades e os individualismos promovidos pela sociedade burguesa, ainda em fase inicial. Questões estas, que o levaram a refletir sobre a condição social de sua época.

Palavras-chave: Ensino. História. Filosofia.

DOI: 10.58203/Licuri.83391

Como citar este capítulo:

QUADROS, Raquel dos Santos; TOMÉ, Dyeinne Cristina. Jean-Jacques Rousseau: A análise de uma educação livre. In: KOCHHANN, A.; SOUZA, J. O. (Orgs.). **Reflexões sobre o Ensino e a Educação**. Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-14.

ISBN: 978-65-999183-3-9

INTRODUÇÃO

Como toda pesquisa e investigação histórica não é desinteressada, o que motivou tal estudo, foi a necessidade de conhecer e responder algumas questões do presente, já que o passado “[...] é a própria consciência da historicidade humana, isto é, a percepção de que o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro” (SAVIANI, 2008, p. 4).

Coloca-se o desafio, nesta investigação a respeito da História da Educação, de não relatar os fatos apenas cronologicamente, mas indicar a relação existente entre a educação e a sociedade no período histórico estudado, tendo em vista o espaço e as condições que permitiram sua organização naquele momento. Neste sentido, compreende-se que a história é feita por atores sociais, os quais atuam e são condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas nas quais estão inseridos.

Consideramos que “[...] a história da educação está indicando que o objeto da investigação - a educação - é estudado a partir de métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica [...]” (LOMBARDI, 2004, p. 151), contextualizando os espaços e tempos. Sob esta perspectiva, destacam-se as perspectivas educacionais como resultantes de um amplo movimento, relacionado ao contexto político e à dinâmica social em que foram promovidas.

Para a realização das discussões relacionadas ao tema proposto foram utilizados como referência principal os textos: *Emílio ou da Educação* (1979) e *O Contrato Social ou do Princípios do Direito Político* (s/d) de Jean-Jacques Rousseau; a *História da Pedagogia* (1999), de Franco Cambi e *A Singularidade do Projeto Educacional de Rousseau* (1998), de Ademir Lazarini. Para a apresentação dos argumentos, o artigo está dividido em quatro subtítulos. O primeiro deles, irá mostrar, de forma breve, quem foi Rousseau e em que momento histórico viveu. Já o segundo, abordará as influências sofridas pelo homem na sociedade de sua época. O terceiro, trará a concepção de educação de Rousseau, enquanto prática social. Por fim, na quarta parte será abordado a importância da compreensão das ideias de Rousseau para a atualidade.

ROUSSEAU E SEU TEMPO

Jean-Jacques Rousseau foi considerado um expoente crítico do movimento Iluminista e um dos precursores do Romantismo. A relevância de seu pensamento de foi tamanha, que se tornou uma das bases teóricas da Revolução Francesa. Ficou conhecido por suas ideias políticas sobre liberdade e por criar os fundamentos teóricos da pedagogia moderna, a partir de sua obra, *Emílio ou da Educação* (ROTHEN, 2009).

Rousseau nasceu em 1712 em Genebra. Não chegou a conhecer a mãe, como destaca Santos (2009), pois ela faleceu logo após o seu nascimento, acontecimento que seria por ele descrito como "a primeira das minhas desventuras". Foi criado pelo pai, um relojoeiro calvinista, cujo teve que se afastar, ainda quando tinha dez anos. De família pobre, ele teve que trabalhar desde muito cedo passando por uma infância e adolescência marcada por grandes dificuldades. Apesar de aprender a ler e a escrever muito jovem, primeiramente com seu pai e com seus tios, posteriormente, foi estudar numa escola de rígida disciplina religiosa e moral sendo aluno do pastor Lambercier. Nunca ingressou em uma universidade.

Segundo Cambi (1999), aos dezesseis anos deixa Genebra para vagar pela a Itália, a França e a Suíça. Na Sabóia, de 1735 a 1739 realiza sua primeira e efetiva formação cultural, estudado história, literatura, filosofia e música. Em 1740, se torna preceptor. Em 1742 vai para Paris, onde um ano depois se torna secretário do embaixador da França e passa a ser reconhecido por sua intelectualidade, sendo convidado para participar de discussões e jantares para expor suas ideias. Com uma vida bastante conturbada, Rousseau relaciona-se com a plebeia Teresa Levasseur, uma amante de Paris, de quem tem 5 filhos, todos enviados para orfanatos. Uma grande ironia, já que anos depois escreve o livro *Emílio ou da Educação* que ensina sobre como deve-se educar as crianças.

Em 1754, escreve o *Discurso sobre a origem da desigualdade*. A partir de 1756, trabalha no romance *A Nova Heloísa* (publicado em 1760) e o educativo *Emílio*, que foi publicado em 1762 juntamente com o *Contrato Social*, sua obra de reflexão política. Tanto o *Emílio* como o *Contrato* são condenados em Paris e Genebra e Rousseau é obrigado a fugir. Devido a isso, percorrer vários países, se escondendo de seus perseguidores. Morre em Hermenonville em 1778.

Rousseau viveu em um momento histórico marcado pela luta entre os representantes das instituições absolutistas, ainda predominante, e os defensores da emergente

burguesia. Esses enfrentamentos expressaram-se também, entre as concepções filosóficas divergentes, que visavam defender ou atacar o absolutismo monárquico. Na defesa dessa instituição estavam os teóricos do direito civil ou divino e os escolásticos, do outro lado estavam os iluministas franceses (LAZARINI, 1998).

Conforme mostra Lazarini (1998), ao se posicionar de forma crítica a essas duas forças sociais e, a discordar com praticamente todos os filósofos de seu tempo, Rousseau acabou se isolando dos demais pensadores que se dividiam entre essas duas correntes, trilhando para si um caminho bastante particular a respeito das questões que enfrentava.

De acordo com o autor, Rousseau não concordava com as formas de organização da sociedade pregadas pela aristocracia e o seu ordenamento social baseado nos privilégios feudais; tão pouco, com o modelo apregoado pela burguesia, que tornava tudo, segundo ele, em uma maneira de obtenção de lucro, para isso, escravizando a maior parte da população. Ele acreditava que essas duas formas, eram dois tipos distintos de egoísmo, que produziam uma sociabilidade contrária ao desenvolvimento humano, ao submeter o coletivo aos interesses particulares. “A sua questão fundamental era mostrar que tanto o regime aristocrático como o burguês, não seriam capazes de formar e efetivar o homem solidário, entendido por ele como o verdadeiro cidadão” (LAZARINI, 1998, p. 10).

Nesse sentido, Cerizara (1990) mostra que enquanto a maioria dos filósofos, ou buscava explicar tudo a partir dos ideais da Igreja, que analisa o homem por meio do conceito de natureza humana contaminada pelo pecado original; ou a partir dos preceitos Iluministas de liberdade, Rousseau desloca sua análise para o social, ou seja, o que o homem é na sociedade, é devido ao desenvolvimento das relações nela existentes.

Tendo em vista seus pensamentos e escritos acerca da organização política da sociedade moderna, da desigualdade entre os homens e das reflexões sobre a relação do homem com a liberdade e a natureza, ele se tornou um dos intelectuais mais conhecido do século XVIII (SANTOS, 2009).

O HOMEM EM SOCIEDADE

Com o desenvolvimento da sociedade burguesa e suas instituições, que se firmavam na Inglaterra desde a Revolução Gloriosa de 1688, começava-se a prevalecer nas relações sociais, como vimos, os interesses particulares sobre o interesse coletivo, engendrado pela

nova ordem social que se despontava. Essa foi a grande crítica feita por Rousseau, em relação ao capitalismo nascente. Ele acreditava que sob a lógica da nova ordem, estava surgindo um homem dissimulado que dizia agir em prol da sociedade em geral, mas que na verdade operava em seus benefícios próprios.

Como mostra Lazarini (1998), Rousseau afirmava, que foi com o surgimento da propriedade privada que o homem se corrompe, passando a agir como ser desumano e egoísta em relação aos demais. O filósofo reconhece como sendo este o momento de ruptura do estado primitivo de inofensividade do homem para o período de deturpação de sua natureza.

Devido a isso, para Rousseau era necessário instituir um ordenamento social que se estabelecesse num contrato social, que regenerasse o homem e restituísse sua natureza benévola. A síntese dessa ideia aparece de forma clara quando Rousseau afirma que:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja como toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo e permaneça tão livre como anteriormente. Esse é o problema fundamental, cuja solução é dada pelo contrato social [...] As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato que a menor modificação as torna vãs e sem efeito algum, demo que, conquanto jamais tenham sido talvez formalmente enunciadas, são as mesma em qualquer lugar, em qualquer lugar tacitamente admitidas e reconhecidas até que, violado o pacto social, cada um recupere seus primeiros direitos e retome a liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual ele renunciou. Todas essas cláusulas, bem entendido, reduzem-se a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade porque, em primeiro lugar, quando cada um se entrega totalmente, a condição é igual para todos e, sendo a condição igual para todos, ninguém tem interesse em torná-la onerosa para os outros [...] Enfim, cada um, ao dar-se a todos não se dá a ninguém e, como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe é cedido a ele próprio, ganha-se o equivalente de todo o que se perde e ainda maior força para conservar o que se tem (ROUSSEAU, s/d, p. 26-27).

É possível perceber que Rousseau tenta resgatar os princípios do estado de natureza do homem para a vida em sociedade. Constituindo assim, um pacto em que a igualdade e a liberdade dos indivíduos não estejam submetidas a dependência de um homem em relação a outro, mas sim a própria natureza (ROTHEN, 2009).

Tendo isso em vista, Rothen (1998) afirma, que Rousseau considera que o pacto social só é legítimo se cada um conservar o que é seu: a liberdade e o poder. Para ele, o soberano é o representante da vontade geral e o governo é apenas um executor dessa vontade. O exercício da soberania é realizado pelo povo, não sendo possível nomear alguém para exercer o poder em substituição a vontade geral.

Ora, o soberano, sendo formado tão somente dos privados que o compõem, não tem nem pode ter interesse contrário ao deles. Por conseguinte, o poder soberano não tem necessidade alguma de fiador para com os súditos porque é impossível que o corpo queira prejudicar a todos os seus membros e, como veremos a seguir, não prejudicar a nenhum em particular. O soberano, somente pelo que é, é sempre o que deve ser (ROUSSEAU, s/d, p. 30).

Resolver a contradição existente entre os interesses particular e o coletivo na sociabilidade humana era a grande preocupação que Rousseau apresentava, no conjunto de suas obras (LAZARINI, 1998).

Rousseau, como mostra Lazarini (1998), não acreditava que o homem pudesse regenerar-se dentro das instituições já consolidadas do Antigo Regime, nem por meio das perspectivas sociais criadas pela emergente sociedade burguesa. Pois, tanto em uma, quanto na outra, os interesses particulares se sobrepunham aos coletivos, e para ele, o que diferenciava um modelo do outro eram as manifestações particulares do egoísmo. Deste modo, ambas as instituições estavam impossibilitadas de formar o verdadeiro homem solidário. Assim, acreditava que o homem em seu estado natural, não era egoísta ou individualista, mas sim que a sociedade, tanto a aristocrática quanto a burguesa, corrompia-o fazendo despertar em seu íntimo as suas qualidades mais vãs.

Nesse sentido, prossegue Rothen (2009) ao afirmar que Rousseau compreendia que o ser humano, em seu estado de natureza era bom, e que as exigências da vida isolada o faziam mais forte e resistente aos males a que estava sujeito. Ao passar para a vida social,

o homem, tornava-se fraco. A grande diferença, apontada por ele, entre o estado de natureza e o estado social, era de que, no primeiro, o homem tinha poucas necessidades e as formas de satisfazê-las também eram limitadas e quando uma carência era realizada, o desejo cessava. Já na vida em sociedade, as necessidades eram cada vez maiores e os desejos aparecem como algo impossível de serem saciados.

Deste modo, Rousseau inverte a tradição cristã de considerar que o mal tem sua origem nos impulsos naturais. Ao contrário disso, para ele, a virtude estava naquele que conseguia resistir menos aos ímpetus da natureza. Assim, a vida em sociedade não era virtuosa, já que afastava os seus membros de seus instintos naturais (ROTHEM, 2009).

Lazarini (1998) afirma que, ao se posicionar desta forma, Rousseau acabou se opondo as ideias de praticamente todos os filósofos de sua época, sobretudo, em relação aos que discutiam a natureza humana. Um dos alvos principais de seu ataque foi, Thomas Hobbes (1588-1679), um grande teórico e conservador do absolutismo moderno, contrário aos princípios republicanos e constitucionalistas professada pela burguesia inglesa. A ideia defendida por Hobbes era que o Estado absoluto deveria ser a instituição fundamental para regular as relações humanas, devendo tutelar os indivíduos em nome da garantia de paz e tranquilidade. Para ele não existente no estado de natureza, pois compreendia este como um estado de guerra (LAZARINI, 1998).

O autor mostra outro pensador a ser criticado por Rousseau. John Locke (1632-1704), que atribuía à natureza humana um caráter maligno inato e que, em seu estado de natureza os homens eram livres e encontravam-se em pela condição de igualdade, porém, a situação de liberdade leva-os ao exagero do amor-próprio, impulsionador natural da ação humana. Locke, opunha-se assim, também as ideias defendidas por Thomas Hobbes. Deste modo, Rousseau, contrapondo-se ao pensamento de Hobbes, não concebia que o homem nesse estado agisse de forma leviana, ainda que o amor a si mesmo lhe fosse natural.

O posicionamento crítico de Rousseau em relação a esses pensadores, se estende aos seus contemporâneos, principalmente aos representantes da corrente filosófica mais importante do século XVIII: o Iluminismo.

A PROPOSTA EDUCACIONAL DE ROUSSEAU

Essa posição singular de Rousseau, como mostra Lazarini (1998) fez com que ele criasse uma proposta pedagógica bastante diferenciada, considerada por muitos como inovadora e revolucionária, ao opor-se a formação humana proposta pela educação de seu tempo. Com isso, buscou tratar as questões educacionais dentro da generalidade da vida, se preocupando em auxiliar a realização de uma reforma em toda a sociedade.

Como mostra Cerizara (1990), as suas principais formulações acerca da educação estão expressas no ideário da obra *O Contrato Social*, que corresponde a um modelo de educação social e política que versa o desenvolvimento do cidadão. Na obra *Emílio*, o modelo de educação demonstrado por Rousseau é representado pela referência de uma educação natural que privilegia a formação do homem enquanto indivíduo livre. Lazarini (1998) reforça essa ideia afirmando que as duas obras estão indissociavelmente unidas e revelam a síntese de seu ideário. Para Cambi (1999), os dois modelos pedagógicos elaborado por Rousseau, além de expressar duas faces de seu pensamento, representa também, dois caminhos para alcançar a regeneração social e o renascimento do homem moral. Mas, é no *Emílio*, que Rousseau irá propor uma concepção de infância e uma nova atitude pedagógica, por meio de um protótipo de formação de um homem solidário, que é preparado para não ceder diante das moléstias da vida sociais de sua época, pois a sua formação favorecia a convivência altruísta e não aos vícios predominantes na sociedade moderna (LAZARINI, 1998).

Rousseau criticava veementemente, segundo com Lazarini (1998), a educação formal, que se baseava em princípios metafísicos e escolásticos. Com isso, procurou mostrar que este modelo, não se tratava apenas de uma instituição equivocada, mas que além disso, era um aparato educacional que expressava as perspectivas sociais da Igreja Católica, que compunha a base fundamental do Antigo Regime. Dizia ele, que essa forma de ensinar ofertadas por essas instituições educacionais não produziam nenhum efeito positivo na formação dos alunos, pelo contrário, elas apenas induziam aos vícios e aos maus costumes, não tendo condições de realizar a formação do verdadeiro homem. Assim, dentro desta perspectiva Rousseau tece o seguinte comentário:

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a quem chamam colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinado nada senão a si mesmo. Ora, essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém. São cuidados perdidos (ROUSSEAU, 1979, p. 14).

Contrapondo a isso, a concepção de educação apresentada por Rousseau, enquanto prática social, que está expressa, principalmente, na obra *Emílio*, trata a formação humana de maneira conjunta com as relações sociais em geral (LAZARINI, 1998).

Cambi (1999) mostra que, o *Emílio*, quando foi publicada, em 1762, teve larga circulação na Europa se tornando rapidamente um texto da moda, que aos poucos foi despertando o interesse para uma nova forma de sensibilidade em relação a infância e a educação. O livro foi escrito por Rousseau, em um período de oito a dez anos. A princípio a obra se apresentou como um romance psicológico e como um manifesto educativo. Mas, foi logo considerado como um tratado que expõe uma concepção precisa de homem natural, racional e moral, além de um itinerário de formação e um texto político relevante.

O livro de Rousseau (*Emílio*) foi estruturado em cinco partes, que seguem as diferentes fases da vida de um menino, desde o seu nascimento até o casamento. Emílio, nobre e órfão, é levado para o campo para crescer sob a orientação atenta de um preceptor. Ele é um indivíduo comum, que vive com seu mestre, que lhe aplica as regras de como seguir a vida que a natureza traçou. Crescer apropriando-se dos conhecimentos que lhe são úteis e aprendidos no tempo certo, isto é, quando a maturidade psicológica permitir tal assimilação, isso em relação às várias disciplinas.

Nesse processo, o preceptor deve evitar qualquer antecipação perigosa, pois “a cada instrução precoce que se quer fazer entrar na cabeça delas, planta-se um vício no fundo de seus corações” (ROUSSEAU, 1979, p. 77). O importante é permitir que Emílio aproveite ao máximo sua infância, que é considerada por ele, a idade da alegria e da liberdade (CAMBI, 1999).

Partido desse pressuposto, segundo Lazarini (1998), Rousseau construiu todo um ideário acerca de como educar uma criança, mostrando a necessidade de desenvolver nela todas as condições intelectuais, tornando-a apta a receber todas as informações e conteúdo que lhe fossem destinadas, da melhor forma possível. A formação do homem natural, exemplificado em Emílio, se realiza por meio de cinco etapas que Rousseau apresenta nos cinco livros de sua obra.

O primeiro deles é dedica a idade da infância, desde o nascimento até o momento em que a criança começa a falar. Nessa etapa, segundo Santos (2009), a educação é voltada para o desenvolvimento da independência da criança em relação ao adulto. É neste período que ocorre, como mostra Lazarini (1998), a chamada educação “negativa”, que é uma educação que deve ocorrer, no campo, longe da cidade e de seus maus costumes, além de estar voltada para os cuidados com higiênico e para evitar a criação de hábitos considerados não naturais. “A educação primeira deve portanto, ser puramente negativa. Ela consiste, não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em preservar o coração do vício e o espírito do erro” (ROUSSEAU, 1979, p. 80).

No segundo livro, o filósofo aborda a fase puerícia, que vai dos três aos doze anos. É neste período, que segundo Cambi (1999), que estão as teses mais originais de Rousseau relacionadas a infância. Esta fase é tratada por ele, como um momento marcado pela dependência, pela curiosidade e pela experimentação. É uma etapa que antecipa a moral e a racionalidade. Devido a isso, é importante que o educador deixe fluir os instintos naturais. Tendo isso em vista, Rousseau orienta que: “[...] Emílio corra todas as manhãs descalço, em qualquer estação, pelo quarto, pelas escadas, pelo jardim; longe de ralar com ele, eu o imitarei; tomarei o cuidado, tão apenas, de tirar os cacos de vidros” (ROUSSEAU, 1979, p.139).

Para ele a criança necessita de liberdade para viver e para valer-se de cada fase da sua vida em seu devido tempo. Rousseau enfatiza a necessidade da criança ter a sua infância respeitada, quando afirmam: “[...] amai a infância, favorecei as brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto” (ROUSSEAU, 1979, p. 72).

Conforme relata Cambi (1999), a terceira parte, trata da idade, hoje conhecida como pré-adolescência e que Rousseau caracterizou como a “idade do útil”. É nela que inicia o estudo e a formação da intelectualidade, que ocorrerá por meio de aulas que estimule o gosto por aprender, com experiências e situações concretas e não com lições abstratas, pois, segundo ele, as crianças ainda não estariam preparadas fisiologicamente para tal

coisa. Devido a isso, o método de estudo deve ser empírico e não sistemático. Sobre isso Rousseau afirma:

Acompanhei esses pequenos geômetras no seu método; logo vereis que só retiveram a impressão exata da figura e os termos da demonstração. Ante qualquer nova objeção perdem pé; virai a figura noutra sentido, não entenderão mais. Todo o seu saber está na sensação, nada chegou ao entendimento. Sua memória mesma não é mais perfeita que as outras faculdades, pois precisam quase sempre reaprender, quando grandes, as coisas que aprenderam na infância (ROUSSSEAU, 1979, p. 98).

O quarto livro, é o mais célebre da obra, trata a adolescência de Emílio e caracteriza esse período como um “segundo nascimento, assim enfatiza Cambi (1999). Nele ocorrem as primeiras amizades com outros homens e o despertar das paixões, além do estudo das matérias de formação humanísticas, bem como um pouco de concepção religiosa e de mundo, realizadas por meio de orientações “deísticas”. “Agora homem, enquanto dotado de paixão e de razão, Emílio pode livremente apaixonar-se e procurar a sua Sofia a mulher ideal” (CAMBI, 1999, p. 350).

O quinto e último livro é dedicado, em grande parte, a história de amor entre Emílio e Sofia. E que se conclui com o empenho de Emílio em servir de preceptor ao próprio filho. Esse último momento, também traz outras duas partes importantes, que é a educação da mulher, exaltada como modelo de virtude e sabedoria, porém vista como naturalmente submetida ao poder masculino, bem diferente da liberdade e autonomia desejada para Emílio. Rousseau desenvolve também, um projeto de educação social e político, que Emílio realizará por meio de viagens, do estudo das características dos vários povos e do estudo das línguas. Rousseau finaliza sua obra confirmando o profundo valor educacional e político, de *Emílio* (CAMBI, 1999).

Dentre as várias reflexões pedagógicas presentes em Emílio, de acordo com Cambi (1999), está a teoria de não intervenção por parte do educador, que deve apenas acompanhar o seu crescimento, mantendo-o longe das influências da sociedade corruptiva. Será o seu próprio desenvolvimento que o levará aos estágios mais complexos de seu intelecto e da sua moral.

Não lhe ordeneis nunca nada, absolutamente nada. Não lhe deixeis sequer imaginar que pretendeis ter alguma autoridade sobre ele. Que ele saiba apenas que é fraco e que sois forte; que, em virtude de sua posição e da vossa, ele se acha necessariamente à vossa mercê. [...] Não lhes proibais nada do que deve abster-se; impedi-lo de fazê-lo, sem explicações, sem argumentação; o que lhe concedeis, concedei-o a seu primeiro pedido, sem solicitações, sem súplica, condições, sobretudo (ROUSSEAU, 1979, p. 76-77).

Rousseau enfatiza a importância de não acelerar esse processo que é natural e livre, além da importância de não fixar nem horários nem programas muito rígidos, os castigos artificiais também são rejeitados.

Não deis a vosso aluno nenhuma espécie de lição verbal; só da experiência ele as deve receber; não lhe infligis nenhuma espécie de castigo, pois ele não sabe o que seja cometer uma falta; não lhe façais nunca pedir perdão, porquanto não pode ofender-vos. Desprovido de qualquer moral em suas ações, nada pode ele fazer que seja moralmente mal e que mereça castigo ou admoestação (ROUSSEAU, 1979, p. 78).

Sobre isso, Santos (2009) coloca, que Rousseau reconhece então, o educando como sujeito, ao ressaltar a importância da fase infantil e suas singularidades, além de inserir a criança, enquanto aprendiz, no centro do processo educacional. Assim, a centralidade educativa não está no educador, na escola, no conteúdo ou no método, mas sim no próprio educando. Apesar, dessa ideia, tal concepção não negar a importância do professor, pois é por meio da interação com ele que o aluno aprende. Portanto, o educador é sempre um modelo a ser seguido.

Deste modo, a educação não vem de fora do aluno, ela é sua livre expressão, que se desenvolve no contato com a natureza, Rousseau chama isso de aprendizagem motivada, que deve ser trabalhada com as crianças, por meio da realização de atividades e utilização de instrumentos que estimulem o seu desenvolvimento. Aguçando desta forma, a motivação do educando para a aprendizagem.

Desta maneira, para Rousseau todo homem é educado pela natureza. Toda aprendizagem deve acontecer em contato com as coisas. Assim, fica a cargo das próprias

coisas exercer o papel de correção sobre os instintos e a liberdade da criança. É por meio desse contato, que o menino cresce moralmente e intelectualmente e o educador só deverá intervir no crescimento, se for por meio de sua interação com o meio (CAMBI, 1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após Rousseau, pedagogia de modo geral, se transformou consideravelmente, tornando-se mais antropológica e mais filosófica, deixando de lado um pouco do seu caráter tradicional, vinculada e submetida a instituições educacionais e as práticas didáticas. Rousseau influenciou profundamente o pensamento pedagógico moderno. Foi concebido como o “pai” da pedagogia moderna, seja pelo papel revolucionário que seu trabalho exerceu no final do século XVIII, do qual propôs uma nova concepção de infância, ou seja pelos temas inovadores que introduziu no debate educativo, pensados e discutidos até a atualidade.

Se torna fundamental salientar, que apesar da importância das obras de Rousseau para a pedagogia hoje, seu pensamento deve ser analisado com base em um contexto social vivenciado por ele, em sua época. Deste modo, suas ideias acerca da infância, seu conceito de educação centrado no aluno e seus apontamentos em relação a interação e a liberdade devem servir como alvo de reflexões de educadores no contexto da educação contemporânea.

Nesse mesmo sentido, o modelo de educação proposto por Rousseau se torna importante enquanto um elemento problematizador da liberdade e autonomia que constitui o ideário de educação natural. Porém, não deve ser considerado uma prescrição para as respostas e questões contemporâneas, pois a educação idealizada por ele era uma educação individualizada. No entanto, não se pode negar a grandiosa contribuição de Rousseau para o campo da educação.

REFERÊNCIAS

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CERISARA, Ana Beatriz. *Rousseau: a educação na infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

LAZARINI, Ademir Quintilio. *A Singularidade do Projeto Educacional de Rousseau*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

LOMBARDI, José C. *História e historiografia da educação: atentando para as fontes*. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). *Fontes, histórias e historiografia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBER; Curitiba - PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004. p. 141-176.

ROTHEN, José Carlos. *Filosofia Política Moderna: Hobbes, Locke e Rousseau*. In: COSTA, Célio Juvenal (Org.). *Fundamentos Filosóficos da Educação*. 2. ed. rev. E amp. Maringá: Eduem, 2009, p. 133-145.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social ou do Princípios do Direito Político*. São Paulo: Escala, s/d.

SANTOS, Reinaldo dos. *Infância e Educação na Obra de Jean-Jacques Rousseau*. In: SARAT, Magda (Org.). *Fundamentos Filosóficos da Educação Infantil*. 2. ed. rev. E amp. Maringá: Eduem, 2009, p. 73-80.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.